



O humanismo cristão e a transição política brasileira (1974-1985)

Geovanni Rocha Junior¹

Resumo: As reflexões apresentadas nesta comunicação fazem parte de uma pesquisa em curso que busca situar a formação de um repertório de mobilização social de base cristã durante a última transição política brasileira (1974-1985). Tal repertório foi mobilizado pelas camadas populares a partir de suas próprias experiências cotidianas e se tornou um importante elemento para a reivindicação de direitos. A investigação tem levado em conta o papel do chamado clero progressista a partir de vestígios encontrados nos acervos do Serviço Nacional de Informações, do Centro de Informações do Exterior e da grande imprensa. Para compreender as articulações feitas por essa corrente do clero junto às camadas populares da sociedade brasileira no período da transição política, torna-se necessário examinar algumas práticas provenientes do humanismo cristão que foram forjadas na segunda metade do século XX com o movimento de renovação do catolicismo a nível internacional. As redes externas ativadas por uma parte do clero brasileiro entraram no radar dos militares por meio do CIEX e do SNI. Através dos boletins e dos relatórios produzidos pelo setor de espionagem da ditadura brasileira, temos acesso a um repertório católico de circulação internacional que ganhou contornos próprios no país com a defesa dos direitos humanos e com a condenação das injustiças sociais agravadas pela política econômica do regime.

Palavras-chave: Humanismo cristão; Transição Política; História do Tempo Presente.

A presente comunicação oral tem como objetivo apresentar, no simpósio temático denominado “Ditaduras e democracias no Tempo Presente: Brasil e América Latina” do V Seminário Internacional História do Tempo Presente, os resultados obtidos com uma investigação iniciada no ano em 2020 no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH/UDESC). O título da comunicação, “O humanismo cristão e a transição política brasileira (1974-1985)”, retrata de forma acurada as últimas reflexões desenvolvidas na pesquisa. Nos últimos meses, temos nos dedicado a entender a influência que a dimensão político-religiosa, a qual chamamos de “humanismo cristão”, exerceu na última transição política brasileira, isto é, período que demarca a passagem da ditadura militar instaurada com o golpe de 1964 para a Nova República. Com o fim dos governos militares, a “nova” arquitetura de poder que ganhou forma e as relações

¹Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH/UDESC). Bolsista FAPESC. E-mail para contato: geovanni.rochajr@gmail.com



políticas dela decorrentes passaram a expressar os intensos conflitos que se sucederam no país entre a segunda metade da década de 1970 e a primeira metade do decênio seguinte. Assim, mais do que nunca, é crucial revisitar o que estava em jogo nesse emblemático período que antecede os acordos firmados na Nova República. Sendo esse um dos propósitos iniciais que motivou a elaboração deste trabalho.

Portanto, considerando a temática da última transição política brasileira, gostaríamos de refletir brevemente sobre alguns caminhos que a investigação tem nos levado, à luz de todo um debate historiográfico e da análise sistemática de um corpo documental consistente. Antes de entrarmos propriamente na matéria do humanismo cristão convém deixar os ouvintes e leitores a par das hipóteses lançadas nesta investigação e das escolhas de enfoque teórico e metodológico que sustentam a argumentação que vem sendo elaborada na tese. Isso porque, a interpretação que será exposta na sequência não está dissociada do trabalho empírico realizado junto às fontes e ao diálogo estabelecido com uma vasta bibliografia que aborda o tema de pesquisa.

Diante dessas sugestões introdutórias, é fundamental considerar um aspecto de longa duração que tem passado quase despercebido pelos olhares atentos daqueles que se debruçam sobre os fenômenos políticos e sociais recentes que permeiam a História do Brasil, principalmente quando se trata das facetas que envolvem o campo do político. Temos amadurecido a ideia segundo a qual a história política brasileira é uma história de transições. Os eventos transcorridos entre as décadas de 1970 e 1980 se inserem naquela que seria a nossa última transição. Contudo, o fim da ditadura militar e suas reminiscências, tão contraditórias quanto complexas, que conformam a contemporaneidade que nos toca a viver, não foi a única transição a estimular representações do passado e projeções de futuro que, a um só tempo, moveram diferentes atores sociais, conceberam distintas tramas cotidianas e solidificaram relações de poder altamente problemáticas. Poderíamos acrescentar ainda outras transições que aconteceram ao longo dos séculos XIX e XX e constituíram relações sociais e políticas duradouras, como a transição que desencadeou o processo de independência do Brasil; o período das regências que separou o Primeiro e o Segundo Reinado; a passagem da Monarquia para a República; o movimento de 1930 que resultou no fim da Primeira República; e o movimento queremista responsável por dar impulso a uma participação popular que foi soterrada pelos arranjos que instauraram a experiência democrática de 1945. Embora cada uma dessas transições obedeça a traços distintos de seu tempo, há um elemento



em comum que perpassa todas essas transições: a tentativa de manter as camadas populares afastadas das instâncias decisórias do poder político. No entanto, o que nos intriga aqui é desvendar algumas nuances da última transição.

Desde pelo menos a segunda metade da década de 1970, o debate sobre esse período histórico repleto de variáveis e atravessado por alternativas que malograram logo em suas origens tem como base as teorias e interpretações provenientes da ciência política. Toda e qualquer incursão ao terreno movediço da última transição política brasileira necessita estabelecer algum tipo de diálogo com as perspectivas formuladas por autores reconhecidos e posicionados no campo conservador ou liberal, do porte de Samuel Huntington, Alfred Stepan, entre outros. O fato é que essa área do conhecimento fixou algumas diretrizes que precisam ser reexaminadas e discutidas diante de novas evidências empíricas que indicam uma transição que, embora tenha ocorrido pelo alto, foi mais caótica e conflitiva do que seus fiadores e intérpretes haviam imaginado. Por de baixo dos acordos pactuados por interlocutores do governo autoritário com os setores liberais e das eventuais frustrações derivadas de expectativas não cumpridas por meio de uma democratização precária (MOTTA, 2021), placas tectônicas se deslocaram e a transição política também contou com as pressões feitas por sujeitos anônimos, pessoas pertencentes ao que podemos denominar vagamente de “classes populares brasileiras”. Nossas investigações tem indicado que esses estratos que compõem a maior parte da população do país utilizaram um repertório de mobilização social de fundo cristão para reivindicar demandas básicas de cidadania. Por vezes, as ferramentas da ciência política não dão conta de compreender as variáveis que estavam em curso naquele instante, bem como as disputas sociais que afetaram amplos segmentos da sociedade. É demasiadamente confortável tentar se convencer do contrário, mas as classes populares não permaneceram indiferentes ao que estava acontecendo à sua volta. Portanto, não seria nenhum exagero de nossa parte afirmar que as interpretações acerca da última transição política brasileira ainda são tributárias de um arcabouço conceitual que restringe a dinâmica de um processo que, apesar do controle exercido pelos militares, não contava com um desfecho pré-determinado.

A tentativa de analisar o que se passou no Brasil nas décadas de 1970 e 1980 levando em consideração categorias e classificações que aproximam o caso brasileiro de outros itinerários de redemocratização espalhados pelo mundo para acentuar as possíveis idiosincrasias da nossa abertura política tem o mérito de lançar alguns pontos de partida que



contribuíram para o avanço do debate sobre a temática. Em compensação, as abordagens oriundas de correntes conservadoras e liberais da ciência política, se tomadas ao pé da letra, tendem a cercear a imprevisibilidade de histórias que não devem ser enquadradas em modelos fixos ou investigadas a partir de malfadados exercícios de teleologia, como se naquele dado presente todos soubessem de antemão o desfecho final da distensão política anunciada pelo General Ernesto Geisel em 1974. Desse modo, fatores como a vigilância contínua empreendida no âmbito da espionagem política pela comunidade de informações, as violações dos direitos humanos, a repressão perpetrada contra os opositores do regime, as conexões internacionais alinhadas por críticos da plataforma militar, como os membros do clero progressista e os exilados políticos, assim como a utilização de artifícios autoritários para a retomada do controle da abertura política, em que a Lei Falcão talvez simbolize o exemplo mais evidente, apenas confirmariam a sobreposição de uma temporalidade linear e retilínea projetada pela cúpula do governo e cujo resultado final apagaria de imediato os conflitos e as disputas que constituíram a nossa última transição.

Há um perigo elementar nesse tipo de leitura histórica, que se propõe a interpelar o passado única e exclusivamente através dos resultados e das frustrações do nosso presente. Ou então de interpretações que insistem em fechar temporalidades que ainda estão abertas e são alvo de constantes embates, ou aquelas que tentam restringir as camadas temporais que moldaram tal processo histórico ao tempo supostamente soberano determinado pela ditadura militar. Nesse sentido, temos um enredo em que nada escaparia aos propósitos do regime e problemas de longo prazo, como as desigualdades sociais, acabam ficando de fora das análises do processo de transição, pois estes contratempos estariam reduzidos a aspectos secundários face ao tempo hegemônico do autoritarismo posto em marcha pelos generais presidentes. Essa camada temporal, por seu turno, teria possibilitado apenas a ocorrência de negociações e consensos, dissipando qualquer movimentação contestatória e a agência das classes populares. É como se as tensões e as divergências pretéritas dessem lugar a um encadeamento de episódios lineares e aconchegantes, diminuindo a complexidade de temporalidades experienciadas por diferentes atores e grupos da sociedade brasileira.

Formuladas no calor do momento, algumas interpretações da corrente conservadora da ciência política foram muito úteis para as pretensões da ditadura militar brasileira no que diz respeito à criação de um sistema político baseado em uma democracia de baixa intensidade, que deveria ser implementada a longo prazo e sem a efetivação de uma democratização social



autêntica. Destaco, em especial, a tese gradualista defendida por Samuel Huntington. O cientista político norte-americano esteve no Brasil em meados da década de 1970 em mais de uma oportunidade. Suas palestras e teorias foram amplamente divulgadas por veículos da grande imprensa e tiveram um grande impacto, tanto entre seus colegas intelectuais quanto entre os representantes da alta cúpula da ditadura militar (LEMOS, 2015; MIGUEL, 2022).

Soma-se também a interpretação gradualista, uma perspectiva que superdimensiona o papel dos setores liberais na última transição política brasileira. De acordo com o postulado de tal corrente liberal, a transição da ditadura militar para um regime formalmente democrático teria ocorrido conforme alguns marcos bem definidos, que ganharam consistência após a iniciativa do regime de “descomprimir” a estrutura política autoritária. A distensão anunciada por Geisel teria como desenlace impreterível uma democracia representativa por meio de um encadeamento de eventos irreversíveis que, semelhante a uma sequência de causa e efeito, envolveria marcos como a crise do “milagre econômico”, as eleições de novembro de 1974, a volta do movimento estudantil às ruas, os embates de Geisel com a denominada “linha dura” dos militares, a rearticulação do movimento sindical no espaço público, os debates sobre a Lei da Anistia e as Diretas Já (STEPAN, 1988). No entanto, nas últimas duas décadas, estudos de cunho historiográfico têm colocado à prova a linearidade da última transição política brasileira. Concomitantemente a abordagens dessa natureza, o acesso a novos documentos do aparato de repressão e vigilância do período ditatorial ajudam a desvendar algumas tramas que sugerem uma transição política mais conflitiva, em que a temporalidade estipulada pelo regime coexistiu com outros ritmos temporais da base da sociedade e dos setores de oposição (FICO, 2001; PENNA FILHO, 2009; FICO, 2012).

O humanismo cristão e as temporalidades dissonantes da última transição política brasileira

A História do Tempo Presente oferece alternativas promissoras para aprofundarmos alguns aspectos da última transição política brasileira. Esse terreno, por vezes escorregadio, que assinala a passagem da ditadura militar para a Nova República não foi palco somente de intervenções isoladas protagonizadas por determinados segmentos da sociedade. Assim, a longa transição brasileira ficou caracterizada pela movimentação de diferentes agentes históricos, motivados em diversas ocasiões por objetivos conflitantes. Longe de representar um processo linear, os eventos circunscritos a esse período recente abrangem temporalidades



e ritmos temporais dissonantes que chegam até o presente. De uma forma bastante elucidativa, o historiador alemão Reinhart Koselleck (1923-2006) propõe que “muitas coisas acontecem ao mesmo tempo”. Em outras palavras, tomando emprestada a breve acepção de Koselleck, podemos sugerir que para um melhor entendimento da última transição política brasileira é preciso examinar as temporalidades que atravessam as retóricas, as representações e práticas sociais, evocadas por sujeitos e instituições que tiveram relevância dentro de tal conjuntura.

Continuamos a percorrer o caminho semeado pela leitura do historiador alemão sobre os já conhecidos estratos do tempo. Segundo Koselleck, os eventos históricos são compostos por movimentos sincrônicos e diacrônicos. Para o historiador alemão, “cada história abriga estruturas que a possibilitam, que se desenvolvem em espaços limitados e que se transformam em velocidades diferentes da velocidade dos próprios eventos” (KOSELLECK, 2014, p. 62-63). Não satisfeito, o historiador alemão encerra seu raciocínio defendendo que se “voltarmos o nosso foco para essa pluralidade de estratos temporais, então toda a história também se revela como o espaço de repetibilidade possível”. Ou seja, “ela nunca é apenas diacrônica; de acordo com a percepção e a experiência temporal, é igualmente sincrônica” (KOSELLECK, 2014, p. 62-63).

A proposição de Koselleck é de fundamental importância para o argumento que buscamos desenvolver na pesquisa em curso. Para além da relevância teórica do pensamento de Koselleck, assumimos a ideia, como uma atitude metodológica, segundo a qual um objeto específico de investigação é permeado por diferentes ritmos temporais. Portanto, a última transição política brasileira abarcou várias temporalidades e um desses ritmos temporais deriva justamente da interação que ocorreu entre o humanismo cristão e as classes populares. Certamente a temporalidade do cotidiano vivenciada pelas pessoas mais humildes do país não era a mesma temporalidade defendida pelo regime autoritário em torno da distensão política, ainda que esses dois planos tenham se cruzado frequentemente durante as décadas de 1970 e 1980 (KOSELLECK, 2006). A intersecção de diferentes experiências com o “tempo” talvez justifique o fato de que a ditadura promoveu a implementação de uma “distensão social”, que deveria anteceder a distensão política, a fim de apaziguar os ânimos das classes populares que demonstravam seu descontentamento com o aumento do custo de vida, a inflação e o arrocho salarial (ROCHA JUNIOR, 2022).



Nesse sentido, desde o ano de 2020 temos obtido resultados satisfatórios de uma investigação que vem sendo conduzida no âmbito do Laboratório de Estudos da Contemporaneidade (LEC), intitulada “Eu ouvi os clamores do meu povo: humanismo cristão e desigualdades sociais na transição política brasileira (1974-1985)”. De forma bastante concisa, a pesquisa teve como premissa a seguinte dúvida ou problemática: qual o lugar das camadas populares na última transição política brasileira? Como hipótese inicial, consideramos como algo relevante a atuação do chamado clero progressista, ou como alguns autores preferem, do cristianismo da libertação, no período que compreende a segunda metade da década de 1970 e o começo da década de 1980 (LÖWY, 1999). Em decorrência do problema e da hipótese de pesquisa, foi necessário encontrar pistas do passado que permitissem desvendar as nossas próprias indagações. Para isso, utilizamos os documentos do Serviço Nacional de Informações (SNI), do Centro de Informações do Exterior (CIEX) e da grande imprensa, especialmente as matérias publicadas pelos jornais *O Globo*, *Folha de São Paulo* e *Jornal do Brasil*.

Em sua totalidade, examinamos aproximadamente 250 dossiês e relatórios do SNI e do CIEX, o que resultou em um montante de 5943 páginas analisadas. Também avaliamos 280 matérias dos periódicos citados. De imediato, percebemos que a comunidade de informações da ditadura militar brasileira documentou de modo muito eficaz a aproximação do clero progressista com as classes populares e suas demandas. Em razão do curto espaço, não será viável apresentar todos os desdobramentos da pesquisa. Porém, gostaríamos de destacar a dimensão político-religiosa humanista que estimulou a movimentação de bispos, padres, religiosos e leigos em direção aos segmentos mais vulneráveis da população pobre do país. Tal interação converteu-se na tessitura de um repertório de mobilização social adotado por pessoas comuns na tentativa de conquistar direitos básicos de cidadania e que colocou em evidência as relações autoritárias patrocinadas pelos militares.

O humanismo cristão, essa dimensão político-religiosa a qual nos referimos anteriormente, serviu de alicerce para o engajamento de muitos religiosos com as causas populares durante o cenário da última transição política brasileira. Resumidamente, o que chamamos de humanismo cristão congrega uma série de debates e de práticas sociais que circularam através das redes do “mundo católico” após a Segunda Guerra Mundial. Essa dimensão político-religiosa foi influenciada de maneira decisiva por uma vertente do catolicismo renovado francês a partir dos conceitos formulados por autores como Jacques



Maritain (1882-1973), Emmanuel Mounier (1905-1950), Louis Joseph Lebret (1897-1966), entre outros (MARITAIN, 1962; MOUNIER, 1964; LEBRET, 1963). A depender do solo em que as teorias desses pensadores foram cultivadas, surgiram frutos variados. Na América Latina, por exemplo, desde pelo menos os anos de 1960, essa concepção mostrou-se extremamente significativa para contestar o subdesenvolvimento, as relações capitalistas que reproduziam o quadro de pobreza, miséria e fome, assim como o ordenamento autoritário estabelecido por meio de ditaduras que assombraram a região. Em sua essência, aqueles que se alinharam à órbita do humanismo cristão buscaram oferecer alternativas concretas aos desafios que despontaram na segunda metade do século XX. No Brasil, em tempos de ditadura militar, o repertório humanista possibilitou a elaboração de uma crítica contundente às relações capitalistas expressas pelas propagandas do regime militar sobre as eventuais benesses do “milagre econômico”, responsável pela concentração de renda em detrimento da exploração dos trabalhadores e dos setores populares.

Além de fornecer subsídios aos opositores do governo militar em desacordo com as variações do capitalismo em território nacional, visto como propulsor de desigualdades e injustiças sociais, as ideias provenientes do humanismo cristão ajudaram a moldar todo um campo político popular por meio do qual as Comunidades Eclesiais de Base e os movimentos sociais passaram a ter um grande protagonismo (FREIRE, 2019). No entanto, as interações entre o clero progressista e as classes populares não deixaram de ser observadas pelos agentes que faziam parte da estrutura de vigilância política montada pelo regime ditatorial brasileiro. A comunidade de informações, com o SNI à frente dos procedimentos de espionagem, identificou a ligação dos cristãos progressistas com as pessoas comuns em vários cantos do país. Nesse sentido, inúmeros relatórios que transitaram pelas engrenagens internas do aparato de vigilância confirmam essas articulações.

De modo geral, os relatórios produzidos pelo SNI carregam o imaginário anticomunista amplamente adotado pelos grupos conservadores da sociedade brasileira (MOTTA, 2020). A linguagem anticomunista, por outro lado, esconde a real preocupação compartilhada pelos espiões da ditadura naquele momento. A intenção velada dos agentes de campo do SNI era monitorar os cristãos de esquerda, confiscar os documentos distribuídos por tal corrente e emitir alertas ao governo sobre a politização da sociedade conduzida por uma fração da Igreja Católica. Após a derrota da luta armada, o clero progressista se tornou detentor das principais credenciais de oposição ao regime militar, uma



vez que o discurso católico abordou com primazia as agruras do cotidiano popular, como o acesso a moradia, a fome, o desemprego, o arrocho salarial e os conflitos agrários, e os converteu em problemas de ordem política. Se o imaginário anticomunista desviava o foco dos objetivos do SNI, ele também servia para encobrir os elementos do humanismo cristão que estavam presentes na atuação de padres, bispos, leigos e religiosos.

O que as fontes recolhidas junto aos acervos ratificam é que, a partir de 1974, a comunidade de informações do regime atuou em duas frentes. No domínio interno, as agências regionais do SNI se comprometeram a acompanhar a proliferação das Comunidades Eclesiais de Base nos mais longínquos cantos do país. Já no domínio externo, entrou em campo a dobradinha do SNI com o Centro de Informações do Exterior (CIEEX), que procurava seguir os passos de figuras importantes do clero progressista em nações estrangeiras e mapear a disseminação de um repertório católico que teve como causa a luta pelos direitos humanos (MARQUES, 2017). Diante desse quadro, algumas estratégias autoritárias foram delineadas e executadas pelos agentes a serviço dos mecanismos autoritários de poder. Com o intuito de criar uma imagem desfavorável aos cristãos perante a opinião pública, o SNI divulgou informações imprecisas acusando o clero progressista de ser persuadido por ideais comunistas. O sistema de espionagem também se dedicou a dar suporte às alas conservadoras e moderadas da Igreja Católica a fim de gerar uma cisão interna e enfraquecer a vertente progressista do catolicismo. Por último, os tentáculos da espionagem política tentaram evitar que as denúncias feitas no exterior acerca das violações dos direitos humanos prejudicasse a imagem do regime.

Na exposição, não mencionamos vários outros fatores que comprovam os avanços alcançados com a pesquisa. Em linhas gerais, a investigação tem indicado quatro direções: 1) o setor de espionagem da ditadura militar monitorou as relações do chamado clero progressista, bem como as movimentações das classes populares; 2) com base em elementos do humanismo cristão, as camadas populares desenvolveram um repertório de mobilização social durante a última transição brasileira, por meio do qual passaram a reivindicar direitos; 3) os sentidos de democracia foram disputados por diferentes grupos políticos; 4) a transição política brasileira não seguiu um caminho linear, uma análise cuidadosa do período tem evidenciado que esse processo histórico não pode ser entendido sem levar em conta suas temporalidades dissonantes.



Referências

FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia História** (UFMG. Impresso), v. 28, p. 43-59, 2012.

FREIRE, Américo. Por uma agenda popular para a democratização brasileira (1970-1990). *In.*: FREIRE, Américo; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; VANNUCCHI, Marco Aurélio. **O que há de novo sobre o Estado Novo?** Autoritarismos e democracia. Rio de Janeiro: FGV, 2019.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC – Rio, 2006.

LEBRET, Loius-Joseph. **Manifesto por uma civilização solidária**. São Paulo: Duas cidades, 1963.

LEMOS, Renato. A conexão Harvard e a política de descompressão: sobre as origens da transição política no Brasil pós-64. **Revista Tempos Históricos**, v. 18, p. 559-590, 2015.

LÖWY, Michael. **Guerra de dioses**: Religión y política en América Latina. Ciudad de México: sigloveintiuno editores, 1999.

MARITAIN, Jacques. **Humanismo integral**. São Paulo: Dominus Editora S.A., 1962.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. A transição negociada no Brasil e o jogo político em torno da construção da agenda dos Direitos Humanos. *In.*: SALATA, André Ricardo; MARQUES, Teresa Cristina Schneider; PONTIN, Fabrício (Org.). **Trinta anos de democracia no Brasil**: avanços e contradições. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.

MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia na periferia capitalista**: impasses do Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). 2. ed. Niterói: Eduff, 2020.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes**: o golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

MOUNIER, Emmanuel. **O personalismo**. São Paulo: Livraria Martins Fontes, Editora, Lda, 1964.



ROCHA JUNIOR, Geovanni. O projeto de distensão social do governo Geisel. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA (ANPUH-SC), 19., 2022, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: [s. n.], 2022. p.1-10.

STEPAN, Alfred. Introdução. *In.*: STEPAN, Alfred. (Org). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PENNA FILHO, Pio. O Itamaraty nos anos de chumbo: o Centro de Informações do Exterior (CIEX) e a repressão no Cone Sul (1966-1979). **Revista Brasileira de Política Internacional** (Impresso), v.2, p. 43-62, 2009.